

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.195 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 7 DE NOVEMBRO DE 2000

## Relator do Orçamento quer esclarecer se a arrecadação federal superou as previsões

Amir Lando acredita que o governo arrecadou mais que o esperado este ano e que a projeção para 2001 pode estar subestimada. Ele vai aproveitar a presença do ministro Martus Tavares hoje no Congresso para cobrar números atualizados

O senador Amir Lando, relator-geral do Orçamento 2001, pretende cobrar hoje do ministro Martus Tavares o envio de estatísticas sobre a arrecadação federal até o final de setembro. O ministro comparecerá às 14h30 à Comissão Mista de Orçamento, para falar sobre o projeto orçamentário. Técnicos das consultorias da Câmara e do Senado concluíram que a arrecadação ficará em nível superior ao projetado pelo Executivo. Eles querem conhecer principalmente o comportamento das receitas da CPMF, pois acreditam que os R\$ 15,84 bilhões previstos pela equipe econômica estão subestimados, assim como os R\$ 42,92 bilhões da Cofins. A reestimativa das receitas de alguns tributos é considerada fundamental pelo relator-geral para que o Congresso indique de onde sairá o valor extra de R\$ 3,8 bilhões, necessário para bancar a Previdência Social caso o salário mínimo seja elevado para R\$ 180.



PÁGINA 5

Lando pretende pedir a Martus Tavares números atualizados da arrecadação

## SENADO VOTA AUTORIZAÇÃO PARA MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL SE EXPANDIR

O Senado Federal deve votar hoje projeto de lei que autoriza o Ministério Público Federal a criar procuradorias da República em dez municípios. Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro são os estados beneficiados pela proposta.

O projeto já foi aprovado pela Câmara dos Deputados.



O relator da matéria, senador Bernardo Cabral, defende a aprovação do projeto de lei

PÁGINA 3



Pedro Piva propõe manter a posse, mas proibir o porte de armas

## Na pauta da CRE, proibição do porte de armas de fogo

PÁGINA 5

## CAE debate incentivos para a informática

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado discute hoje, em reunião prevista para começar às 10 horas, novas regras de incentivo ao setor de informática.

PÁGINA 3

## CE avalia medida para baixar evasão escolar

A comunicação obrigatória à Justiça das faltas não justificadas de alunos é um dos 16 itens da pauta de hoje da

Comissão de Educação (CE).



Emilia Fernandes apresentou parecer favorável à proposta

PÁGINA 3

## CI APRECIA RECONDUÇÃO DE DIRETORES DE TRÊS AGÊNCIAS REGULADORAS

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura examina hoje e amanhã três mensagens presidenciais solicitando a recondução de diretores de agências reguladoras. Os pedidos envolvem os cargos de diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, da Agência Nacional de Energia Elétrica e da Agência Nacional de Telecomunicações.

PÁGINA 5



Gerson Camata é relator da mensagem de recondução de David Zylberstajn na ANP

# Arruda apela em defesa da preservação de Brasília

Para o senador, o projeto original da capital deve ser protegido do processo de deterioração e das agressões às regras de ocupação do solo

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) fez ontem apelo para que todos os brasilienses se unam em torno da preservação de Brasília, construída com recursos de todos os brasileiros e o "único bem contemporâneo que é patrimônio cultural da humanidade". Acima das divergências político-partidárias, no entendimento do senador, é preciso deter o processo de deterioração da qualidade de vida urbana da capital, que estaria ameaçada por reiteradas agressões às regras de ocupação do solo e ao Código de Edificações. Ele defendeu "uma freada de arrumação, um momento de reflexão coletiva", como propôs Oscar Niemeyer em carta publicada no jornal *Correio Braziliense* sob o título "Em defesa de Brasília".

— É preciso não ceder às pressões circunstanciais, muitas delas le-

gítimas, e colocar a preservação de Brasília acima de tudo — disse.

Concordando com o arquiteto, Arruda manifestou-se contra a ocupação dos espaços vazios previstos no projeto original, contra o parcelamento de qualquer área dentro do Distrito Federal — conforme projeto de sua autoria que tramita no Senado — e contra as sucessivas modificações, aprovadas pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, referentes às regras de ocupação do solo.

José Roberto Arruda defendeu a construção do Centro Cultural de Brasília — a única obra prevista no projeto original que ainda não foi erguida — e a reestruturação da se-



Arruda: "Brasília foi construída com recursos de todos os brasileiros"

ção regional do Instituto do Patrimônio Histórico (Iphan), órgão do Ministério da Cultura responsável, a seu ver, pela preservação de Brasília. Para concretizar a obra, Arruda propôs que a bancada do Distrito Federal inclua na lei orçamentária de 2001 a previsão de recursos.

Para o senador, devem-se evitar os "descuidos em relação às regras do Plano Diretor e do Código de Edificações". Também não devem ser permitidos, disse, os prédios acima do padrão previsto, as coberturas e as ocupações irregulares. Do contrário, Brasília terá, "em pouco menos de dez anos, o caos urbano que São Paulo e Rio de Janeiro conseguiram atingir" em 50 anos.

## Freire defende instalação do Guggenheim em Pernambuco

O senador Roberto Freire (PPS-PE) defendeu ontem a instalação no Recife (PE) da filial brasileira do Museu Guggenheim. Uma comissão da Fundação Guggenheim iniciará nos próximos dias visita ao país para escolher a cidade que abrigará a instituição. Também concorrem



Roberto Freire propõe que o museu fique entre Recife e Olinda

São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Salvador. Freire sugere que seja ocupada uma área tombada pelo Patrimônio Histórico entre Recife e Olinda.

zem em torno da proposta e pediu que os prefeitos das duas cidades se articulem com o governo do estado e tomem as primeiras providências. "É preciso desvincular o museu de uma centralização cultural no eixo Rio-São Paulo", afirmou.

Segundo o senador, Recife e Nova York, onde está sediada a Fundação Guggenheim, têm ligações que remontam ao Brasil Colônia, quando os holandeses ocuparam a região do Recife e Olinda, onde foi instalada a primeira sinagoga da América.

## Aberto encontro sobre ciência da informação

Foi aberto ontem no Auditório Petrônio Portella o IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. A iniciativa tem como tema "Conhecimento para o século XXI: a pesquisa na construção da sociedade da informação", e é uma promoção do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, com apoio da Biblioteca do Senado Federal. O objetivo é proporcionar a troca de experiências entre especialistas na área e planejar ações futuras.

Outras atividades do encontro, que vai até a sexta-feira, serão realizadas no Parlamúndi (Centro Internacional de Eventos Culturais).



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 7 DE NOVEMBRO DE 2000

### Brasil 500



#### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 43/2000, que dispõe sobre a criação de procuradorias da República em municípios; PDL nº 47/94, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Vale do Taquari para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Coxim (MS); PDL nº 67/94, aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Centenário de Araras para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araras (SP); PDL nº 65/95, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Atalaia para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Obidos (PA); PDL nº 76/2000, aprova o ato que outorga permissão à Rádio Triângulo FM para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Candelária (RS); Requerimento nº 534/2000, do senador Paulo Souto, solicitando a retirada da PEC nº 76/99, da qual é o primeiro signatário; e Requerimento nº 538/2000, do senador Antonio Carlos Valadares, solicitando a retirada da PLS nº 159/2000, de sua autoria.

#### COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: apresentação das emendas ao Orçamento de 2001; PRS nº 76/2000, altera a Resolução nº 78/98, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; PRS nº 79/2000, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; Mensagem nº 215/2000, que solicita autorização para contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a US\$ 19,1 milhões, de principal, entre o Brasil e o Hungarian Export-Import Bank, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Modernização de Laboratórios de Educação Profissional, no âmbito do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep); e PLC nº 49/99, altera a Lei nº 8.248/91, a Lei nº 8.387/91 e o Decreto-Lei nº 288/67, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 47/2000, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.

Após a Ordem do Dia — discussão e votação das emendas ao Orçamento. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 286/99, que dispõe sobre a inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão, fixa a cota mínima de produção de aparelhos de televisão com circuito de decodificação de legenda oculta; PLS nº 69/2000, que determina a obrigatoriedade do uso do Sistema de Legendamento Oculto na Veiculação de Mensagens do Poder Público pelas Emissoras de Televisão; PLS nº 505/99, que inclui conteúdos de Educação Ambiental nos currículos da educação básica e superior; PLS nº 140/2000, que denomina Rodovia Otávio Corrêa de Melo trecho da BR-401 (RO); PLC nº 26/2000, altera dispositivos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; requerimento do senador Geraldo Althoff, solicitando audiência pública com o diretor-presidente da Associação dos Provedores de Internet (Abranet), Roque Abdo, e convidando outras entidades envolvidas para se fazerem representar, visando melhor instruir a tramitação do PLS nº 151/2000, que dispõe sobre acesso a informações da Internet; e PDLs aprovando atos de renovação de concessão e de outorga de permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

Após a Ordem do Dia — discussão e deliberação das emendas ao Orçamento de 2001. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: depoimento do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, sobre o pagamento do reajuste de 11,98% concedido aos funcionários do Judiciário. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães na Câmara dos Deputados*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: discussão e votação das emendas ao Orçamento de 2001; Mensagem nº 205/2000, que submete ao Senado a escolha do nome de Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República das Filipinas; Mensagem nº 230/2000, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Oto Agripino Maia para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Vaticano; e PLS nº 292/99 (em tramitação conjunta com o PLS nº 386/99 e o PLS nº 614/99), que dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

18h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: audiência pública com a finalidade de instruir a Mensagem nº 211/2000, que submete à apreciação do Senado proposta de recondução do nome de David Zilbersztajn ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

Após a Ordem do Dia — CPI do Futebol

Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

#### ESPECIAL

11h — *Mostra Santa Catarina: Nossa Terra, Nossa Gente* — a exposição, que vai até o próximo dia 26, apresenta a diversidade étnico-cultural responsável pela formação multifacetada do povo catarinense. *Senado Galeria*

18h — Lançamento do livro *Sociedade e Atualidade*, de autoria do ex-ministro da Cultura Aluísio Pimenta. *Biblioteca do Senado*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Senado decide sobre criação de novas procuradorias

Projeto de lei autoriza o Ministério Público Federal a constituir procuradorias da República nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro. O parecer do relator é favorável à aprovação da matéria

O Plenário do Senado deve votar hoje projeto de lei, já aprovado pela Câmara, que prevê a criação, pelo Ministério Público Federal, de procuradorias da República em 10 municípios dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro.

A proposta, que tem parecer favorável do relator, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), estabelece ainda a alteração da estrutura de organismos do Ministério Público localizados em 14 municípios dos mesmos estados e a criação de 20 procuradorias sem



Os senadores também deverão votar, na sessão de hoje, quatro projetos que renovam a concessão ou outorga de emissoras de rádio

especificação de localidade.

De acordo com a justificativa do projeto, encaminhada pelo procu-

rador-geral da República, Geraldo Brindeiro, o crescimento da demanda pelos serviços da Justiça

Federal vem impondo ao Ministério Público ritmo semelhante de expansão. A cada Vara Federal instalada em um município, observa Brindeiro, deve corresponder uma Procuradoria da República na mesma localidade.

Sem a criação das novas procuradorias, afirma o procurador-geral, os integrantes do Ministério Público que participam dos processos em tramitação nessas jurisdições são obrigados a se deslocar para esses municípios, gerando despesas com diárias e transporte. O custo mensal cor-

respondente à criação de cargos efetivos para atender à expansão do Ministério Público será de R\$ 603,7 mil. A criação de cargos de confiança exigirá outros R\$ 475,1 mil mensais.

Também deverão ser apreciados pelos senadores quatro projetos de decreto legislativo que prevêem a renovação de concessão ou outorga concedidas às emissoras de rádio Vale do Taquari, de Coxim (MS); Centenário de Araras, de Araras (SP); Atalaia, de Óbidos (PA); e Triângulo FM, de Candelária (RS).

## Comissão de Assuntos Sociais examina projeto que limita a propaganda de cigarros

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje, a partir das 10h, para votar projeto do Executivo que pretende limitar a propaganda de produtos derivados do tabaco.

A matéria, que tramita em regime de urgência, já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e aguarda a apresentação do parecer do relator, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF).

O projeto modifica lei de 1996 que disciplinou a propaganda de cigarros, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias, estabelecendo que ela só é permitida, nos meios de comunicação, entre as 21 horas e as seis da manhã. O governo federal agora tem defendido medidas mais restritivas apenas para o cigarro, proibindo os comerciais

na rádio e na TV e permitindo a propaganda somente por meio de cartazes, painéis e pôsteres afixados na parte interna dos pontos de venda.

De acordo com a exposição de motivos assinada pelo ministro da Saúde, José Serra, as providências já adotadas pelo poder público não foram capazes de diminuir o consumo do cigarro no país. O ministro acredita que o aperfeiçoamento da lei poderá reduzir o número de fumantes e melhorar a saúde da população.

Em reunião anterior, o senador Arruda manifestou simpatia à idéia de o Congresso aprovar regras que possam inibir o consumo dos derivados do tabaco, mas afirmou que precisaria avaliar com profundidade o texto proposto para não incorrer em inconstitucionalidades.

## CAE discute novas regras de incentivos fiscais para o setor de informática

As novas regras de incentivo para o setor de informática em todo o país são o principal tema da reunião que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizará a partir das 10h de hoje.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), relator da matéria, defende a distribuição dos incentivos fiscais de forma equilibrada, com o objetivo de abrir oportunidades de investimento em todas as regiões sem prejudicar as áreas já beneficiadas, como a Zona



Ney Suassuna acha que todas as regiões do país devem ser beneficiadas

Franca de Manaus.

A CAE também analisa projeto, de autoria dos senadores Gerson Camata (PMDB-ES) e Ricardo Santos (PSDB-ES), que possibilita a antecipação de receitas de *royalties* além do mandato do respectivo governador, desde

que seja destinada à capitalização de fundos de previdência ou para amortizar dívidas com a União. Os *royalties* se referem à exploração de petróleo, gás natural e recursos minerais e hídricos.

Consta ainda da pauta da co-

missão projeto do Executivo autorizando a contratação de empréstimo externo no valor equivalente a US\$ 19,1 milhões destinado ao financiamento parcial do projeto de modernização de laboratórios de educação profissional, no âmbito do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep).

Ainda este mês, a CAE ouvirá depoimentos dos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, a respeito da dívida ativa da União. O requerimento é de autoria do presidente da comissão, Ney Suassuna. A data dos depoimentos ainda não foi marcada.

## CE analisa exigência de comunicar a juiz faltas não justificadas de alunos

A Comissão de Educação (CE) deverá apreciar, em reunião marcada para as 11h30, uma pauta com 16 itens. Um deles é o projeto da Câmara que obriga os estabelecimentos de ensino a comunicarem ao juiz quando o aluno faltar a mais de 25% das aulas sem justificativa. A proposta, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, tem parecer favorável da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), mas recebeu voto em separado contra a matéria do senador Edison Lobão (PFL-MA).

Também está na pauta da CE o projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que trata da inclusão

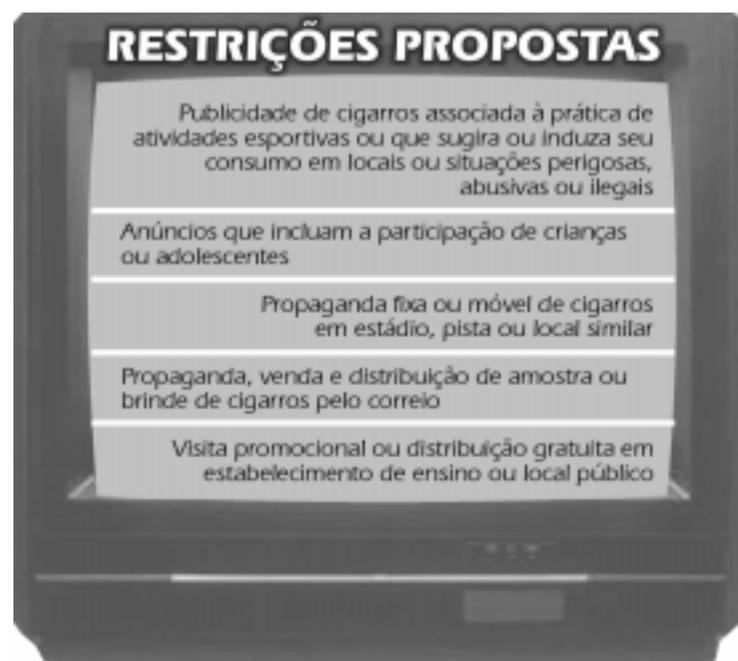


A relatora, senadora Emilia Fernandes, apresentou voto favorável ao projeto de lei

de legenda oculta na programação das emissoras de televisão. O parecer, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), destaca a importância da proposta para os deficientes auditivos, princi-

palmente beneficiados pelo projeto.

Os senadores da comissão vão examinar ainda 11 projetos de decreto legislativo que tratam da renovação ou concessão para execução do serviço de radiodifusão sonora em cidades do Paraná, Mato Grosso, Piauí e São Paulo. Com parecer favorável de Amir Lando (PMDB-RO), a comissão aprecia também proposta de Romero Jucá (PSDB-RR) que denomina "Rodovia Luiz Otávio Corrêa de Melo" trecho da BR-401, no estado de Roraima. Esta matéria é terminativa na comissão e só será levada a Plenário caso haja requerimento de um décimo dos senadores.





Para Carlos Patrocínio, o Brasil tem representatividade para liderar o Terceiro Mundo

## Brasil deve assumir liderança, diz Patrocínio

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) afirmou que o Brasil deve assumir a liderança dos países periféricos na luta contra a dominação do sistema financeiro internacional. Segundo disse, a diplomacia brasileira errou ao não defender a causa da reorganização econômica dos países do Terceiro Mundo na década de 80. Reflexo disso, sustenta, são as dificuldades pelas quais passam esses países diante do processo de globalização.

Patrocínio afirmou que o Brasil, que detém a economia mais importante do Terceiro Mundo, ao lado da China, tem representatividade, peso e respeito internacional para assumir "a posição de porta-voz principal dos países menos desenvolvidos". Ele avalia que só assim os países pobres poderão exigir da comunidade internacional um plano emergencial para livrar a África do caos iminente e de guerras sangrentas, e o restante do Terceiro Mundo das "consequências dramáticas da globalização".

O senador citou dados que comprovam a degradação da África, consequência das políticas praticadas nas últimas décadas pelos países mais ricos em relação ao continente. De acordo com o parlamentar, quase todos os 53 países africanos, com cerca de 800 milhões de habitantes, estão sendo devastados "por guerras, epidemias, fome, corrupção dos ditadores sanguinários sempre a serviço das grandes potências, pela instabilidade política, massacres tribais e exploração de empresas transnacionais".

Na África Subsaariana, por exemplo, informou o senador, cerca de 22 milhões de pessoas, em 1998, estavam infectadas pelo vírus da Aids. E o número de africanos que têm algum tipo de doença sexualmente transmissível chegava a 65 milhões.

# Souto propõe a criação de Unidade de Fiança Penal

Senador pretende corrigir distorções decorrentes da utilização de indicadores que podem ter vida curta, como o Bônus do Tesouro Nacional

Já está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Paulo Souto (PFL-BA) que pretende instituir a Unidade de Fiança Penal (UFP), a ser utilizada no cálculo do valor da fiança a ser paga pelo réu com vistas à concessão de liberdade provisória. A proposta, que altera redação de três artigos do Código Penal, está sendo relatada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) e tramita na comissão em caráter terminativo.

De acordo com Paulo Souto, a sociedade brasileira tem se espantado com a facilidade com que acusados de crimes rumorosos livram-se da prisão mediante o pagamento de fianças de valor ínfimo, principalmente porque o Código Penal permite o uso de indicadores que podem ter vida curta, como o Bônus do Tesouro Nacional (BTN).

— Esses valores beiram o ridículo e negam as considerações que a lei obriga a autoridade concedente a observar, como a



Segundo Paulo Souto, os valores hoje cobrados nas fianças "beiram o ridículo"

natureza da infração, condições pessoais de fortuna e vida pregressa do acusado, além da importância provável das custas do processo até o final do julgamento — observou Souto.

Ele explicou que tais distorções ficam ainda mais graves diante da possibilidade, prevista em lei, de a autoridade judicial reduzir a fiança "em até nove décimos", no caso de grande repercussão econômica, quando recomendar a situação eco-

nômica do réu.

— Ora, uma redução de nove décimos, na prática, abre mão da aplicação do instituto da fiança, fato ainda mais incompreensível porque se trata de crime que, por sua natureza, normalmente é praticado por agente que não vive em estado de penúria — acrescentou.

No projeto, o autor estabelece ainda que o governo será o responsável pela definição do valor da Unidade de Fiança Penal.



Sérgio Machado: poucos deficientes têm acesso às inovações tecnológicas do setor

## Sérgio Machado defende mais incentivo ao atleta deficiente

As 22 medalhas, seis delas de ouro, obtidas pelos atletas brasileiros nas Paraolimpíadas em Sydney, Austrália, demonstram a importância do investimento no esporte e nos portadores de deficiências, afirmou o senador Sérgio Machado (PSDB-CE). De acordo com o senador, por conta dos feitos "desses verdadeiros heróis da resistência", os atletas do Brasil chegaram à reta final da competição "num honroso vigésimo quarto lugar", à frente de potências do esporte especial como Cuba, Suécia e Ucrânia.

Sérgio Machado, que relatou as dificuldades enfrentadas pelos atletas Antônio Tenório, Ádria Santos e Roseane Ferreira, disse que o exemplo desses esportistas reforça a necessidade de mobilizar a sociedade civil para promover ações eficazes de prevenção de deficiências e também garantir o cumprimento da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, aprovada em 1975 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Para o senador, apesar do rápido avanço da tecnologia, apenas uma pequena parcela dos portadores de deficiências tem recursos para ter acesso às inovações.

— No caso das paraolimpíadas, como os equipamentos são de alto custo, podemos antever que, sem uma política voltada especificamente para esses brasileiros, com a ajuda governamental e da iniciativa privada e a mobilização da sociedade, corremos o risco sério de deixar, em breve, os pódios paraolímpicos de lado — disse.

Para melhorar a vida da pessoa portadora de deficiência não basta alterar as leis, como o Congresso já vem fazendo, afirmou o senador. Sérgio Machado entende que, sem a ajuda de toda a sociedade, não será promovida a equidade social.

## Osmar Dias quer tornar hediondos crimes contra administração pública

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) afirmou estar preocupado com a "assustadora proliferação de atos contra os tesouros públicos, em todo o país, e a agressiva impunidade que vem fragilizando a atuação do Estado em relação aos criminosos". Para buscar resolver o problema, o parlamentar apresentou projeto de lei propondo alteração na legislação vigente. A proposta transforma em hediondos os crimes contra a administração pública.

Enviada para exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter terminativo, a proposta altera as leis nºs 8.072, 8.930 e 9.695, acrescentando parágrafo único que torna hediondos os crimes contra a administração pública definidos pela Lei nº 8.429, de junho de 1992. Caso seja aprovada na comissão e não receba qualquer requerimento para manifestação do Plenário do Senado, a matéria seguirá direta-

mente para apreciação da Câmara dos Deputados.

No entender do senador, a impunidade dos que cometem atos lesivos à administração pública está exigindo providências legislativas imediatas e duras, "sob pena de as lenientes ações legislativa e judiciária acabarem por se tornar um fator decisivo de estímulo ao assalto ao erário".

A proposição de Osmar Dias qualifica os crimes contra a administração pública como hedi-



Osmar Dias: "É assustadora a proliferação de atos contra os tesouros públicos"

ondos levando em conta suas diversas formas: atos que resultem em enriquecimento ilícito, que causem prejuízo ao erário e que atentem contra os princípios da administração. Nessa condição, destaca o parlamentar, os crimes se tornam insuscetíveis de anistia, graça ou indulto e de fiança ou liberdade provisória, sujeitando o condenado ao cumprimento integral da pena em regime fechado e restringindo a apelação em liberdade.

# Amir Lando cobrará de ministro informações sobre arrecadação federal

O relator do projeto de Orçamento aproveitará presença de Martus Tavares hoje na comissão mista para reiterar pedido de levantamento do que foi arrecadado até o final do terceiro trimestre

O relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), pretende cobrar hoje do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, o envio de estatísticas sobre a arrecadação federal até o final de setembro, o que permitirá aos técnicos do Congresso reavaliar as receitas para o ano que vem. Martus comparecerá às 14h30 à Comissão Mista de Orçamento, quando dará explicações sobre o projeto orçamentário.

O comportamento da arrecadação até o final do terceiro trimestre foi solicitado ao Executivo há exatamente um mês, depois que técnicos das consultorias de orçamento e de fiscalização da Câmara e do Senado concluíram que a arrecadação ficará em nível superior ao projetado pelo Executivo. Eles querem conhecer principalmente o comportamento das receitas da

CPMF, pois acreditam que os R\$ 15,84 bilhões previstos pela equipe econômica estão subestimados, assim como os R\$ 42,92 bilhões da Cofins – Contribuição Financeira para a Seguridade Social.

A reestimativa das receitas de alguns tributos é considerada fundamental pelo relator-geral para que o Congresso indique de onde sairá o valor de R\$ 3,8 bilhões, necessário para bancar o aumento de despesas da Previdência Social caso o salário mínimo seja elevado para R\$ 180. Outra fonte é a cobrança de Imposto de Renda das aplicações financeiras dos fundos de pensão. O relator espera ainda que o Congresso aprove projeto, já em tramitação, que permite à Receita Federal pedir a quebra de sigilo bancário de pessoas e empresas que fazem grandes movimentações financeiras sem possuir patrimônio compatível.



Para Lando, governo subestimou em agosto de 1999 as receitas contidas no projeto orçamentário para 2000

Amir Lando solicitará também ao ministro Martus Tavares esclarecimentos sobre 71 pedidos de créditos suplementares que o Executivo enviou nos últimos dias ao Congres-

so, prevendo gastos adicionais de aproximadamente R\$ 9 bilhões. Esses pedidos de novos créditos, na opinião do relator-geral do Orçamento, são uma prova de que o governo subestimou em agosto de 1999 as receitas contidas no projeto orçamentário para 2000. Em agosto de 1998, o governo fez o mesmo em relação ao Orçamento de 99 e, no final, conforme Lando, houve diferença de quase R\$ 14 bilhões entre a previsão inicial da equipe econômica e o Orçamento executado.

Às 11h de hoje, Amir Lando e o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), acompanhados de alguns parlamentares, irão ao Banco Central para uma reunião com o presidente da instituição, Armínio Fraga. Entre os assuntos em discussão, encontram-se dívida pública e comportamento das taxas de juros.



Pedro Piva propõe a proibição do porte, mas não da posse de armas de fogo

## CRE discute proposta de restrição às armas de fogo

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve discutir hoje, a partir das 17h30, substitutivo do senador Pedro Piva (PSDB-SP) a projetos que restringem a comercialização e proíbem o porte de armas de fogo no Brasil.

Os projetos tramitaram primeiro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi aprovado substitutivo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Piva manifestou na semana passada, durante a última reunião realizada pela CRE, divergências com a proposta aprovada na CCJ. O parecer de Renan Calheiros proíbe o comércio de armas, exceção feita às forças armadas, às polícias e a colecionadores, entre outros. Já a proposta do relator na CRE proíbe o porte, mas permite "o registro de armas destinadas à defesa de pessoas, desde que o requerente comprove bons antecedentes, comportamento social produtivo, capacidade técnica de manuseio e aptidão psicológica".

### EMBAIXADORES

A CRE também vai votar duas mensagens do presidente da República que tratam da nomeação de embaixadores. Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra está sendo indicado para a embaixada do Brasil nas Filipinas, e Oto Agripino Maia para a embaixada do Brasil no Vaticano.

## CI examina recondução de diretores de agências

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprecia hoje, a partir das 18h, a recondução de David Zylberstajn ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Duas outras mensagens presidenciais que serão analisadas pela comissão ainda nesta semana solicitam novos mandatos para os diretores das Agências Nacionais de Energia Elétrica (Aneel) e de Telecomunicações (Anatel).

O pedido de recondução de David Zylberstajn à diretoria-geral da ANP terá parecer do senador Gerson Camata (PMDB-ES). Diretor da agência



Gerson Camata dá parecer sobre a recondução de David Zylberstajn na ANP

desde janeiro de 1998, Zylberstajn foi secretário de Energia de São Paulo de 1995 a 1998. Ele formou-se em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e tem doutorado em Economia da Energia pelo Instituto de Economia e de Política da Energia de Grenoble, na França.

Amanhã, às 14h, a CI discutirá a recondução ao cargo do atual presidente do Conselho Diretor da Anatel,

Renato Navarro Guerreiro. A mensagem tem como relator o senador Romero Jucá (PSDB-RR). Engenheiro formado pela PUC do Rio de Janeiro, Guerreiro assumiu a presidência da Anatel em 5 de novembro de 1997, após exercer por dois anos o cargo de secretário-executivo do Ministério das Comunicações.

Ainda amanhã, a partir das 18h, a comissão analisará a mensagem presidencial que indica José Mário Miranda Abdo, atual diretor-geral da Aneel, para um novo mandato de três anos. A mensagem tem como relator o senador Paulo Souto (PFL-BA). Abdo assumiu em dezembro de 1997 a diretoria da agência, que tem entre as suas principais atribuições a fiscalização de empresas do setor elétrico e a concessão de empreendimentos de geração e transmissão de energia. Ele tem pós-graduação em Engenharia de Sistemas Elétricos pela Universidade de Brasília (UnB).

## Ex-secretária será ouvida sobre denúncias contra Luxemburgo

A comissão parlamentar de inquérito do Senado que está investigando o futebol brasileiro ouvirá na quinta-



feira, às 11 horas, o depoimento da estudante de Direito Renata Carla Moura Alves. Ela falará sobre as denúncias que fez na imprensa contra o ex-técnico da Seleção Brasileira, Wanderley Luxemburgo. Uma das acusações é que o treinador teria se utilizado da função que exercia na Seleção para realizar operações em proveito pessoal. Hoje, após a Ordem do Dia, a CPI do Futebol realiza reunião administrativa.

Até o momento, a CPI já ouviu o depoimento do ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornélas, e do chefe do Departamento de Ilícitos Cambiais e Financeiros do Banco Central, Ricardo Liao. Ornélas sugeriu alterações na legislação previdenciária para evitar a sonegação dos clubes de futebol. Liao informou que até o momento foram abertos pelo Banco Central 22 processos contra 22 clubes do

futebol brasileiro, envolvendo um total de US\$ 42,5 milhões.

Os senadores já aprovaram vários requerimentos convocando pessoas ligadas ao futebol para depor. A lista inclui o vice-presidente do Vasco da Gama, deputado Eurico Miranda (PPB-RJ), o presidente do Flamengo, Edmundo Santos Silva, o conselheiro Paulo César Ferreira e o representante oficial da patrocinadora do clube, a ISL, empresa de marketing esportivo.

Também foram convocados, com data ainda a ser confirmada, os empresários Juan Figger e Luiz Vianna, além do ex-advogado do jogador Bebeto, Levi Lafetá. Serão ouvidos ainda Sérgio Paulo Gomes de Almeida, Agathirno da Silva Gomes, Ivon Bernardo Morgado e João Manuel de Almeida, todos ligados ao Vasco. Foram convidados a depor o ex-ministro dos Esportes Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, e o presidente da Fifa, Joseph Blatter, que recusou o convite.

## Exposição mostra a riqueza étnica do povo catarinense

Com a presença do governador em exercício de Santa Catarina, Paulo Roberto Bauer, será aberta na Galeria Senado, às 11h de hoje, a mostra *Santa Catarina: Nossa Terra, Nossa Gente*. Segundo os organizadores, a exposição, que vai até o dia 26, apresentará "a diversidade étnico-cultural responsável pela formação multifacetada da gente catarinense". Os senadores Jorge Bornhausen (PFL), Geraldo Althoff (PFL) e Henrique Loyola (PMDB) devem compare-



SANTA CATARINA

cer ao evento. Através de oito painéis metálicos, os visitantes poderão conhecer as tradições e costumes das etnias que formaram o povo catarinense. Os painéis incluem textos gravados dos historiadores Dalmo Vieira e Ana Lúcia Coutinho, com fotos.

Além dos painéis, estarão expostos objetos representativos da cultura catarinense, como utensílios característicos da cozinha italiana e bichos esculpidos em madeira por índios.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h30 – *Entrevista Especial* – Dulce Maria Pereira, presidente da Fundação Palmares, fala sobre racismo e cidadania  
7h30 – *Entrevista* – Senador Henrique Loyola fala sobre alternativas no processo de inventário  
8h – *Jornal do Senado*  
8h30 – *TV Escola* – Educação Especial – De quatro a seis anos  
9h – *Cores do Brasil* – Cerrado  
9h30 – *Entrevista* – Senador Artur da Távola fala do livro *Em Flagrante*  
10h – Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)  
*Logo após* – Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)  
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)  
*Logo após* – Comissão de Infra-Estrutura (ao vivo)  
21h – *Jornal do Senado*  
21h30 – Comissão Mista de Orçamento (gravado)  
*Logo após* – Sessão Plenária (reapresentação)

*Logo após* – Comissão de Relações Exteriores (gravado)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h – *Agenda Senado*  
Em seguida – Música e informação  
10h – Comissão de Assuntos Econômicos  
Em seguida – Música e informação  
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)  
Em seguida – Música e informação  
19h – *A Voz do Brasil*  
Em seguida – Música e informação  
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste  
Em seguida – Música e informação  
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida – Música e informação  
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste  
Em seguida – Música e informação  
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

# Senado deve criar logo Universidade do Legislativo

A instituição permitiria desenvolver ensino a distância e formar pessoal em áreas como processo legislativo, orçamento e políticas públicas

O Senado está próximo de sediar uma instituição de ensino superior, pesquisa e extensão, destinada à formação e ao aperfeiçoamento dos servidores do Legislativo. É a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), cuja criação é proposta em projeto de resolução que se encontra sob análise da Comissão de Educação (CE).

O desenvolvimento de recursos humanos pela Unilegis será feito por meio de diversos tipos de cursos, a partir de um currículo multidisciplinar. Entre as áreas que devem ser abrangidas pela universidade estão as de processo legislativo, técnica legislativa, orçamento público, políticas públicas e gestão governamental, ciência política, ciência social, direito e língua portuguesa.

Segundo o projeto de resolução, a instituição utilizará o sistema de "universidade aberta", valendo-se do ensino a distância, um dos principais propósitos da iniciativa. Mas o ensino em sala de aula – ou, como preferem muitos, presencial – também fará parte das atividades da Unilegis.

A instituição pretende oferecer cursos em nível de graduação e pós-graduação (*stricto e lato sensu*) em diferentes áreas e níveis, além de programas e cursos de extensão, fóruns, debates, seminários, congressos e conferências.

– A Universidade do Legislativo Brasileiro se constitui num efetivo



projeto de democratização do ensino – afirma a justificativa do projeto, que tem como primeiro signatário o presidente do Senado e da Comissão Diretora, Antonio Carlos Magalhães.

A Unilegis contará com um cadastro de colaboradores de alto nível para ministrar cursos, palestras, disciplinas ou seminários. Funcionários de alto nível do próprio Senado, do Congresso e dos outros Poderes da União, senadores, deputados, executivos da área pública e da área privada, além de especialistas e cientistas do país ou do exterior, estão credenciados a ser os professores da Unilegis, programada para suceder o atual Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

A iniciativa atende às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que incentiva novas experiências de ensino – como, por exemplo, a formação de universidades especializadas por campo do saber – e estimula o po-

der público a desenvolver programas de ensino a distância e de educação continuada.

Além disso, a Emenda Constitucional nº 19, que instituiu a Reforma Administrativa, tem como diretriz a manutenção, pela administração pública brasileira, de escolas de governo, que possam oferecer aos servidores cursos que sirvam como pré-requisitos, inclusive, para promoção na carreira funcional.

– Com a instituição da Unilegis, o Senado Federal agrega mais essa atribuição a seu papel soberano, viabilizando a capacitação, com qualidade e variedade, de gerações sucessivas de agentes públicos – argumenta a Comissão Diretora.

A proposta de criação da Unilegis foi elaborada por comissão criada por ato do primeiro-secretário, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB). O projeto de resolução tem como relator na CE o senador José Fogaça (PMDB-RS).

### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

##### Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal  
DirecTV: canal 163  
Sky Net: canal 30  
Tecsat: canal 17  
Internet: www.senado.gov.br  
Antena Parabólica – Sistema Digital:  
• Satélite: B1  
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)  
• Polarização: Vertical  
• Frequência: 3.644,4 MHz  
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz  
• Antena: 3,6 m  
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110  
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB  
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s  
• FEC: 3/4  
Antena Parabólica – Sistema Analógico:  
• Satélite: B1  
• Transponder: 11 A-2 (canal 8)  
• Polarização: Horizontal  
• Frequência: 4.130 MHz

#### RÁDIO SENADO FM

##### Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:  
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C  
• Receptor ABR 200, ComStream  
• LBN DRO ComStream  
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

##### Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L1 4.655,600 Mhz  
• Satélite: Brasilsat B2  
• Polarização: Vertical (RX)  
• Modo: Joint-Stereo  
• Taxa: 128 Kbps-BPSK  
• Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

### OBJETIVOS DA UNILEGIS\*

- Contribuir para a construção de uma sociedade justa e formação de cidadãos
- Colaborar no processo de integração e de modernização dos parlamentos brasileiros, nas esferas federal, estadual e municipal
- Estimular o intercâmbio com legislativos estrangeiros, visando à troca de experiências e ao mútuo aperfeiçoamento
- Formar, especializar e desenvolver, de forma continuada, recursos humanos que atuem nos três níveis do Poder Legislativo, mediante a oferta de cursos de graduação, pós-graduação, extensão e seqüenciais, em distintos níveis, na modalidade de cursos regulares e a distância
- Estimular o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas voltadas para o aprimoramento institucional, as políticas públicas e o desenvolvimento da nação brasileira
- Atuar, no âmbito de sua competência, junto à sociedade, no sentido de informar e esclarecer a respeito do papel do Legislativo e das instituições do Estado na vida nacional
- Formar e treinar lideranças

\* Segundo o texto do Projeto de Resolução nº 77, de 2000.

# Momento é propício para a reforma política, diz Gilvam

Senador prega exigência de fidelidade partidária, voto distrital misto e proibição de coligações em eleições proporcionais

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu ontem em Plenário uma imediata reforma político-partidária. Para ele, a ocasião é propícia e há consenso sobre o tema.

Gilvam Borges lembrou que a reforma política já foi exaustivamente discutida pela comissão especial do Senado, que ouviu, no ano passado, representantes de partidos, do Poder Executivo e da Justiça Eleitoral. Ele lamentou a fragilidade dos partidos brasileiros, que a seu ver precisam ser mais orgânicos, para consolidar a democracia no país, e defendeu o voto distrital misto. O senador quer a fidelidade partidária, salientando que nesta legislatura cerca de 200 deputados federais já trocaram de partido.



Gilvam Borges observa que cerca de 200 deputados federais já trocaram de partido nesta legislatura

— Ora, o sentido da eleição proporcional é exatamente conferir votos aos partidos e não aos candidatos. O mandato é da legenda, já que a pessoa é eleita com a ajuda daquela agremiação e de todos os outros candidatos votados

pela sigla — argumentou, afirmando ainda que a infidelidade deveria resultar em perda de mandato, como propõe a emenda constitucional do senador Sérgio Machado (PSDB-CE).

Gilvam Borges apóia também a proibição de coligações partidárias em eleições proporcionais, já aprovada pelo Senado e atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados. Ele elogiou ainda o projeto do senador José Agripino (PFL-RN), que veda o acesso de partidos que não tenham representação nacional ao fundo partidário e à propaganda eleitoral gratuita. Segundo Gilvam, o projeto preserva os pequenos partidos que tenham identidade ideológica, ao criar federações de partidos com afinidade doutrinária.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) elogiou o discurso de Gilvam Borges e criticou as chamadas legendas de aluguel.

# Eduardo repudia denúncia sobre eleição em Palmas

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) repudiou ontem denúncia de compra de 15 mil votos na eleição municipal de Palmas, capital do Tocantins, publicada na última edição da revista *Veja*. Segundo ele, a denúncia é parte da tática utilizada pelo candidato derrotado, Raul Filho (PPS), para inviabilizar a posse da



Eduardo Siqueira Campos aponta manobra da oposição em Palmas

andidata vitoriosa, Nilmar Ruiz, do PFL. O senador garantiu que existem gravações do candidato derrotado afirmando que as urnas eletrônicas já chegaram a Palmas “cheias de votos”, ou seja, teriam sido fraudadas ainda em Brasília.

Eduardo também lamentou o fato de o jornalista de *Veja* não tê-lo procurado ou ao seu pai, governador do estado, para exercerem o direito de defesa. Segundo o senador, o jornalista, que esteve em Palmas por um dia apenas, limitou-se a dizer que não haveria mais tempo para ouvi-los. Eduardo afirmou que a manobra da oposição foi detectada 20

de vários programas sociais e o atraso nos salários do funcionalismo. “Isso se deveu à corrupção daquele governo”, disse Eduardo, que anunciou sua volta à tribuna para tratar do mesmo assunto.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse conhecer o prestígio do grupo político liderado por Eduardo Siqueira Campos e seu pai, e que a eleição em Palmas representa o pensamento majoritário do povo tocantinense. Lobão também lamentou a insinuação de que as urnas eletrônicas teriam sido fraudadas no Tribunal Superior Eleitoral antes de seguirem para o Tocantins.

# Alcântara elogia ação do BNDES para o desenvolvimento do país

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou o Relatório Anual de 1999 do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que descreve o desempenho da economia brasileira no ano passado e expõe o resultado operacional e econômico-financeiro do banco. O senador aproveitou para criticar os que acusam o governo de neoliberal e negligente com a política industrial.

Para Lúcio Alcântara, existe hoje o que classifica como uma “tremenda confusão conceitual” em relação ao termo *neoliberalismo*. Segundo ele, esse termo cabe para o pensamento e a prática econômica adotados por Margaret Thatcher, na Inglaterra, e por Ronald Reagan, nos Estados Unidos, onde o mercado auto-regulável foi tomado como valor absoluto e qualquer intervenção do Estado na economia era vista como espúria e deletéria.

— Não é o que ocorre com o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. E está aí a

prova-lo a expansão da atuação do BNDES nos últimos anos, que, como demonstra o relatório, em cinco anos contou com um aumento de 185% nos recursos disponíveis. No atual governo, o Estado cumpre papel fundamental no desenvolvimento econômico e não tem renunciado a esse papel — afirmou o senador.

Em relação ao comportamento da economia brasileira no ano passado, Alcântara disse que o relatório enfatiza que foi marcado pela desvalorização cambial de janeiro de 99, com a posterior mudança do regime cambial para flutuante; pela alteração também do regime monetário, com a introdução do sistema de metas inflacionárias; e pelo cumprimento das metas fiscais acordadas com o FMI.

No quesito “desempenho operacional”, Alcântara revelou que o BNDES e suas subsidiárias — BNDESPAR e Finame — desembolsaram um total de R\$ 19,970 bilhões, correspondendo a 60.178 operações. Segundo o se-



Para Lúcio Alcântara, resultado do BNDES é resposta aos que acusam o governo de neoliberal

nador, esses empréstimos possibilitaram a criação e manutenção de 2,806 milhões de empregos diretos e indiretos. O desempenho econômico-financeiro do BNDES, ressaltou, registrou 9,7% de crescimento no ativo total consolidado, que passou a valer R\$ 88,6 bilhões. “O retorno sobre o patrimônio líquido foi de 6,3%, correspondente a R\$ 11,1 bilhões. O patrimônio líquido, por sua vez, aumentou 7,3%”, afirmou Lúcio Alcântara.

# Mozarildo pede combate às desigualdades regionais

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) disse ontem que, embora o governo federal venha proporcionando melhorias palpáveis na qualidade de vida dos brasileiros, com a derrota da inflação, a queda lenta mas constante das taxas de juros e o incremento da qualidade da educação pública, precisa atacar um dos maiores problemas do país, que são as desigualdades regionais. Para o senador, o assunto precisa estar no topo da agenda e não apenas ser tratado quando as vítimas do problema aparecem, como os sem-teto nas grandes cidades.

Na opinião de Mozarildo, uma das mais importantes ferramentas para solucionar o problema são os fundos constitucionais do Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Ele entende que o BNDES, responsável por gerir os recursos dos fundos, não deve apenas receber projetos, mas também elaborar projetos para as regiões mais pobres, uma vez que tem mão-de-obra qualificada para isso.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente da comissão mista encarregada de



Mozarildo Cavalcanti diz que o tema das desigualdades precisa estar no topo da agenda

analisar a medida provisória que alterou os fundos, disse que estes são o instrumento constitucional mais importante para diminuir a desigualdade, mas, ainda assim, precisam de mudanças.

Mozarildo afirmou que os instrumentos para diminuir as desigualdades regionais são poucos e insuficientes e defendeu a instituição de uma política nacional de desenvolvimento.

— Devem existir diretrizes nacionais determinando que regiões mais pobres recebam mais incentivos, para compensar a distância dos maiores centros. Isso tornará o país mais harmônico — disse.

# Menor renúncia fiscal assegura reajuste do mínimo, diz Freitas

Parlamentar defende salário de R\$ 180 mas adverte que aumento não deve ser financiado pela elevação da carga tributária

Convicto da necessidade de aumentar o salário mínimo para pelo menos R\$ 180, o senador Freitas Neto (PFL-PI) rejeitou propostas que representem maior carga tributária e “remanejamentos irresponsáveis na proposta de Orçamento da União” em prol de um reestudo da renúncia fiscal. Só na Previdência Social, conforme o ministro Waldeck Ornélas, a renúncia chega a R\$ 8 bilhões anuais, valor bem superior às despesas para assegurar o reajuste do mínimo, disse o senador.

O peso da renúncia fiscal sobre os cofres públicos, segundo Freitas Neto, também tem sido reiteradamente demonstrado pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. “Trata-se de brechas absurdas, resultantes às vezes de simples deficiência da legislação e, em outros casos, de incentivos indefensáveis que terminam por prejudicar políticas



Freitas Neto é contra elevar salário mínimo por meio de “remanejamentos irresponsáveis”

públicas e aumentar as desigualdades”, argumentou o senador, para quem a renúncia fiscal só é tolerável “ou mesmo recomendável” quando visa à redução das desigualdades regionais e sociais.

Outro argumento do senador a favor do aumento para R\$ 180 é de que ele seria medida de racionalidade econômica. A seu ver, por mais que se louve a globalização, ela não dispensa mercados inter-

nos fortes. Para tal, acrescentou, é indispensável integrar efetivamente a população brasileira ao mercado consumidor, para propiciar economia de escala, barateamento da produção e aumento da produtividade. O aumento de impostos é inaceitável, para o senador, porque o país já arca com uma das cargas tributárias mais elevadas do mundo, de cerca de 33% do Produto Interno Bruto (PIB).

A abordagem dada à questão por Freitas Neto foi saudada por Mozarildo Cavalcanti (PFL-RO). Em aparte, ele ressaltou que o fato de o aumento do salário mínimo estar sendo discutido juntamente com a lei orçamentária é uma evolução, dado que o percentual de reajuste sempre foi decidido exclusivamente pelo Executivo, para vigência a partir de 1º de maio.



Tebet também defende aumento para aposentados e funcionários públicos

## Ramez Tebet cobra um papel mais ativo do governo federal

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu ao governo federal um papel mais ativo na tarefa de encontrar recursos que pague o

aumento do salário mínimo para R\$ 180. Ele argumentou que o Executivo é quem tem a “chave do cofre” e pode manejar as despesas, mas tem deixado ao Congresso a responsabilidade

de resolver a questão do mínimo por meio de mudança na proposta do Orçamento.

— Temos de ser parceiros nessa empreitada — disse Tebet, lembrando que também é da alçada do Executivo o combate à sonegação de impostos, outra medida capaz de gerar recursos para financiar a ele-

vação do mínimo.

O senador criticou ainda o que ele considera um falso dilema: os reflexos do aumento do salário mínimo nos benefícios da Previdência Social. Tebet reforçou sua defesa de uma correção também para as aposentadorias e outros benefícios previdenciários, lembrando que não é justo achatar a renda dos brasileiros que já estão em idade avançada. Os funcionários públicos são igualmente merecedores de reajuste salarial, na opinião do senador, uma vez que estão há seis anos com seus vencimentos congelados.

Em aparte, Romero Jucá (PSDB-RR) disse concordar com a necessidade de aumento para os servidores públicos. Para o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), é o momento de combater as desigualdades. O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) defendeu a taxação dos fundos de pensão como forma de obter recursos para aumentar o salário mínimo.

## Lauro Campos: “Não se trata de aumento, mas de devolução”

O senador Lauro Campos (PT-DF) voltou a atacar em Plenário a política econômica do governo. Ele criticou ontem o presidente Fernando Henrique Cardoso e classificou sua política de “subserviente ao Fundo Monetário Internacional (FMI)”. O senador lamentou o empobrecimento do povo brasileiro, estranhando a postura do governo, que diz não haver recursos para um aumento substancial do salário mínimo, ao mesmo tempo em que destina R\$ 36 bilhões para o pagamento da dívida externa.

Lauro Campos mencionou dados do Dieese, segundo os quais o salário mínimo seria hoje de R\$ 1.003,67 se mantivesse o mesmo valor de quando foi criado, no governo Getúlio Vargas. Para o senador, “não se trata de aumentar o salário, mas devolver o que foi tirado dos trabalhadores”. Ele apontou para o decréscimo salarial do povo brasileiro, que ao fim dos anos 40 tinha um salário mínimo superior ao dos japoneses, e aproximava-se do francês, atualmente em torno de mil dólares.

— Um cãozinho japonês, em 1995, já gastava mais, em média, do que um trabalhador brasileiro gasta



Lauro Campos afirmou que o salário mínimo brasileiro já foi superior ao dos japoneses

hoje — afirmou.

O senador salientou que o empobrecimento da população é decorrente da concentração de renda: para que uma burguesia tenha acesso a bens de luxo, a classe trabalhadora sofre perdas sucessivas.

Lauro Campos citou a conclusão do livro *As idéias e seu lugar*, do então senador Fernando Henrique, que criticava as políticas impostas pelo FMI, como o arrocho monetário e salarial. Publicada em 1992, a obra ataca exatamente a política hoje implementada pelo governo federal, acrescentou o senador, para quem é impossível pagar a dívida externa e manter um equilíbrio orçamentário ao mesmo tempo.

## Romero Jucá faz apelo por quebra de sigilo bancário de sonegadores

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) fez um apelo ontem às lideranças da Câmara dos Deputados, para que aprovem, o mais rápido possível, projeto de lei já aprovado pelo Senado, por unanimidade, que autoriza a quebra de sigilo bancário de empresas sonegadoras de impostos. Segundo ele, se a proposta já tivesse sido aprovada, a União poderia agregar R\$ 20 bilhões, o que viabilizaria o aumento do salário mínimo para R\$ 180, e ainda dar aumento de salário ao funcionalismo público

Jucá criticou a Câmara porque, além de não aprovar a iniciativa do Senado, produziu um substitutivo que, conforme o parlamentar, é pior que as regras em vigor, pois permite às empresas que querem sonegar impostos “ter ainda mais proteção que a legislação vigente”. Ele adiantou que voltará a fazer hoje, durante audiência do ministro do Planejamento, Martus Tavares, na Comissão Mista de Orçamento, novo apelo aos depu-



Para Jucá, o substitutivo da Câmara é mais favorável a quem sonega do que as regras em vigor

tados para que aprovem a proposição do Senado.

O senador, no mesmo pronunciamento, elogiou a iniciativa do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Rio de Janeiro (Unafisco-RJ), de promover uma campanha de combate ao contrabando. Os auditores, informou, irão desencadear uma ação para fiscalizar as vendas nos *freeshops* e combater as chamadas “avenidas de contrabando”, constituídas pelos portos e aereo-

portos nacionais. Esse combate ao contrabando, acrescentou, poderá render aos cofres públicos mais de R\$ 9 bilhões.

— No momento em que se discute a taxação dos fundos de pensão e outras medidas para a União agregar renda ao orçamento federal, não podemos esquecer o combate ao contrabando de forma forte, e o projeto da quebra do sigilo — frisou.

### LUZ NO CAMPO

Jucá registrou ainda o sucesso em Roraima do programa Luz no Campo. De acordo com o senador, a iniciativa vai beneficiar mais de 20 mil famílias na área rural, estendendo a energia elétrica a vários municípios, com investimentos de mais de R\$ 24 milhões. Ele agradeceu ao presidente Fernando Henrique Cardoso, ao ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, e ao presidente da Eletrobrás, Firmino Sampaio Neto, pela atenção que têm dado ao seu estado.